

O DELITO DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA - LEI, DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

Tiago Pinto Oliveira (*)

RESUMO

O delito de apropriação indébita previdenciária visa à proteção da faceta *social* do Estado Democrático de Direito que se constitui a República brasileira. O crime tem com objetividade jurídica o patrimônio do Instituto Nacional do Seguro Social. Já o objeto material é a contribuição social indevidamente apropriada. Trata-se de infração penal de conduta comissivo-omissiva. O sujeito ativo é em regra o responsável tributário; o sujeito passivo, o INSS. O crime é julgado pela Justiça Federal. Só se pune a forma dolosa, dispensada finalidade específica. Cuida-se de norma penal em branco que veicula crime unisubsistente de consumação instantânea. O perdão judicial é possível, desde que preenchidas determinadas condições. Teses como a da insignificância, da inexigibilidade de conduta diversa além de outras são admissíveis.

Palavras-chave: Apropriação Indébita Previdenciária - Crime - Brasil

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a República Federativa do Brasil se constitui em um Estado Social e Democrático de Direito (arts. 1º, 194 e 195). Sendo assim, a Lei 9.983/00, além de buscar corrigir o desastre legislativo do art. 95 da Lei 8.212/91 (norma que previa crimes sem pena), veio ao encontro desse anseio constitucional para melhor tutelar o sistema previdenciário com a cominação de crimes como os do art. 168-A, art.337-A e art. 297.¹

É importante lembrar que a citada lei não buscou proteger os demais sistemas da Seguridade Social (saúde e assistência social), até porque só a Previdência sobrevive essencialmente de contribuições sociais.²

Consoante os ensinamentos de Wladimir Novaes Martinez, a Previdência Social é entendida como um mecanismo de proteção da sociedade frente a riscos corriqueiros, tais como o desemprego, a prisão, a velhice, a incapacidade e a invalidez.³

O crime de apropriação indébita previdenciária - objeto do presente trabalho - que já vinha previsto desde a publicação do DL 65/37, está previsto atualmente no art. 168-A do Código Penal. Este dispositivo se insere no Título II, o qual cuida dos crimes contra o patrimônio. *In verbis*:

(*) Juiz de Direito do TJDFT

“Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem deixar de:

I - recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público;

II - recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços;

III - pagar benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social.

§ 2º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

§ 3º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que:

I - tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios; ou

II - o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.”

Sublinhe-se que o *nomem iuris* “apropriação indébita previdenciária” é válido para todas as figuras do art. 168-A (*caput* e §1º).⁴

O bem (objeto) jurídico tutelado é o patrimônio do INSS, mais exatamente a fonte de custeio da Previdência Social. E não é só: em sendo as contribuições sociais espécie de tributo, acaba-se por proteger também a ordem jurídico-tributária.⁵ Em sendo assim, parece-nos que o referido tipo legal se insere em equivocada topografia. Melhor seria se estivesse contido no Título XI (Dos Crimes Contra a Administração Pública).

De outro lado, o objeto material do delito é a contribuição social indevidamente apropriada.

Antes de tratar do sujeito ativo do crime, é oportuno rememorar o conceito de essencial instituto de direito tributário. Segundo o preciso ensinamento de Eduardo de Moraes Sabbag⁶, a responsabilidade tributária por substituição “se dá no momento em que a lei coloca como sujeito passivo da relação tributária uma pessoa qualquer, diversa daquela de cuja capacidade contributiva o fato tributável é indicador (contribuinte)”.

Nesse passo, o sujeito ativo é, em regra, o responsável tributário, *id est*, aquele que tem por lei o dever de recolher quantias para após repassá-las à Previdência, *v.g.*, casas lotéricas.

Foi dito acima “em regra” porquanto, após uma análise mais aplicada, percebe-se que a conduta incriminada no inciso II do §1º é imputável, diferentemente, ao sujeito passivo direto “contribuinte”. De modo distinto do responsável tributário, o contribuinte é aquele que guarda direta e pessoal relação com o fato gerador.

Para uma melhor compreensão da matéria, é imprescindível ter em mente a redação do Código Tributário Nacional:

“Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.”

Uma segunda exceção se dá no inciso III do §1º (“deixar de pagar benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social”). Nessa modalidade de apropriação indébita previdenciária, o sujeito ativo do crime é o infiel depositário dos valores oriundos da Previdência e destinados aos seus segurados.

Trata-se de nítida situação de depósito necessário. O depositário recebe a coisa em desempenho de obrigação legal (art. 647, I, do Novo Código Civil), mas trai a expectativa do depositante, no caso, o INSS.

Ainda sobre o sujeito ativo do crime, Guilherme de Souza Nucci⁷ evidencia jurisprudência segundo a qual o representante de pessoa jurídica de direito público não pode figurar no polo passivo da ação penal por esse delito. *In verbis*:

“A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, há muito vem dispensando tratamento diversificado, em crimes da mesma natureza que o presente, conforme sejam os ilícitos praticados por representantes de pessoas jurídicas de direito privado ou de

direito público. No primeiro caso, pessoas de direito privado, há, em tese, uma apropriação indevida de valores descontados a título de contribuição social por entidades particulares. No segundo, pessoas de direito público, ainda que os valores descontados não sejam repassados à Autarquia Previdenciária (INSS), não se pode afirmar, propriamente, a apropriação de valores por particulares, haja vista que a natureza pública do órgão arrecadador determina que tais valores permaneçam sob administração e emprego públicos. (Ap. 200051130003310, 5ª T., rel. Alberto Nogueira, 19.10.2004, v.u., TRF-2ª Região)

De qualquer maneira, trata-se de crime próprio, uma vez que se exige especial qualidade do sujeito ativo.

O sujeito passivo, como já foi mencionado acima, é o Estado, mais exatamente o Instituto Nacional do Seguro Social, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social.

Como consectário lógico disso, a competência para processar e julgar o crime de apropriação indébita previdenciária é dos juízes federais (art. 109, IV, da CF):

“Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

(...)

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

(...)”

No que tange ao tipo objetivo, pune-se a conduta de deixar de repassar à Previdência a contribuição indevidamente apropriada.

Para uma primeira corrente, é crime omissivo puro⁸. Para uma outra, capitaneada por Luiz Flávio Gomes, Alice Bianchini⁹ e Paulo Dariva¹⁰, trata-se de crime comissivo-omissivo, na medida em que, para a consumação do crime, por primeiro recolhe-se o valor para só depois deixar de repassá-lo.

Trata-se de norma penal em branco, pois o dispositivo fala em “no prazo e forma legal ou convencional”. Nessa esteira intelectual, é o magistério de Paulo Dariva¹¹:

“É fácil perceber que tais elementos não são compreendidos de imediato, ou seja, há a necessidade, para que haja uma adequação típica, de verificação do prazo estabelecido em lei para o devido

recolhimento, bem como a forma de proceder ao mesmo. Ainda, mister se faz verificar o que significa 'benefício' e quais as suas espécies, bem como quem são efetivamente os 'segurados'. E após estabelecer essa conceituação é que se vai verificar se o caso concreto subsume-se à norma penal."

Quanto ao tipo subjetivo, o crime é punido somente a título de dolo. Isso porque, na dicção do art. 18, II, parágrafo único, do Código Penal, o tipo legal do art. 168-A não menciona expressamente a forma culposa.

Para o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e jurisprudência em geral, dispensa-se finalidade específica de querer prejudicar a Previdência¹², diferentemente do que entendem o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Acerca do tema, e com a maioria, preleciona Zenildo Bodnar:

"Para a caracterização do delito basta o dolo geral, consistente na vontade de não repassar aos cofres da previdência o valor das contribuições devidas pelo empregado no prazo legal. Nesse crime não se exige o dolo específico, ou seja, o *animus rem sibi habendi*, ao contrário do delito de apropriação indébita comum."

Em sentido distinto, é o magistério de Guilherme de Souza Nucci¹³:

"Cremos existir elemento subjetivo do tipo específico, consubstanciado na vontade de fraudar a previdência, apossando-se, indevidamente, de quantias não pertencentes ao agente. Aliás, não foi à toa que o legislador utilizou, para denominar os crimes previstos neste artigo, de apropriação indébita previdenciária. É controversa essa posição. O STF tem-se posicionado pela exigência somente do dolo genérico, assim como o TRF das 3ª e 4ª Regiões, enquanto o STJ e o TRF da 5ª Região têm demandado o dolo específico".

A consumação se dá com o não repasse no prazo e forma legal ou convencional. Em outras palavras: escoado o prazo para o repasse da contribuição social, sem que o substituto tributário o tenha feito, consumado estará o crime. Para aqueles que defendem tratar-se de crime omissivo puro (unisubsistente por definição), não é admissível a tentativa.¹⁴

Já que a consumação do delito não se protraí no tempo, o crime é instantâneo (não permanente). É também unissubjetivo, porque o delito pode ser praticado por uma única pessoa.

O inciso I do §1º pune o empresário que recolhe a contribuição do empregado-segurado e não a repassa ao INSS.

Se o empregador não reverter os citados valores por dificuldades econômicas, é possível invocar a tese da causa supralegal de exclusão da culpabilidade por inexistência de conduta diversa.

Essa percepção sobre o tema encontra o respaldo de irrepreensível magistério de André Elali e Evandro Zaranza¹⁵:

“A empresa em evidentes dificuldades (...), que não cumpre o repasse imediato, deve honrar seus compromissos e, em momento posterior, proceder ao repasse. Com isto, deve assumir quaisquer ônus incidentes sobre o descumprimento da legislação, mas não pratica, com dolo, qualquer ilícito penal.”

Vale lembrar que a contribuição previdenciária do produtor agrícola é feita com base no valor da produção, e não na folha de pagamento dos empregados. Nesse ínterim, o inciso II, do §1º do art. 168-A do Código Penal reprime a conduta do produtor de não repassar ao INSS o valor da contribuição agregado à venda de mercadorias.

Já o inciso III do §1º do art. 168-A do Código Penal torna típica a conduta de deixar de repassar aos empregados segurados valores oriundos da Previdência que lhes forem devidos, *e.g.*, apropriação de salário-família e salário-maternidade.¹⁶

O art. 168-A, §2º, do CP prevê a extinção da punibilidade quando presentes cumulativamente os seguintes requisitos: declaração espontânea do valor devido pelo agente e pagamento do valor devido com os acréscimos legais antes do início da ação fiscal - o que se dá com a notificação do contribuinte.

Benefício mais amplo trazido pela lei foi o do art. 9º da Lei 10.684/03. Referido dispositivo estabeleceu a suspensão da pretensão punitiva estatal durante o período em que a pessoa jurídica contribuinte estiver incluída no regime de parcelamento. Sublinhe-se-se que o parcelamento do débito pode ser conquistado a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Quitado o débito, a punibilidade é extinta, senão vejamos:

“Art. 9º É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e nos arts. 168A e 337A do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, durante o período

em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no regime de parcelamento.

§ 1º A prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.

§ 2º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios.”

Marcus Vinicius de Viveiros Dias questiona a aplicação da aludida norma às pessoas físicas, visto que a lei só falou em *pessoa jurídica*.¹⁷ Além disso, alega ser de duvidosa constitucionalidade o citado dispositivo que, tratando de matéria penal, é originário de Medida Provisória (art. 62, §1º, I, *b*, da Constituição Federal).

Se não bastasse isso, para alguns tal favor legal não é aplicável a todo o delito de apropriação indébita previdenciária, uma vez que o art. 5º, §2º, da Lei 10.684/03 foi vetado, e as respectivas razões presidenciais foram as seguintes:

“Preliminarmente, no que diz respeito às contribuições previdenciárias, este Ministério entende que não há necessidade de concessão de parcelamento especial de débitos, porque a legislação já dispõe de normas regulares de parcelamentos (art. 38 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991). Porém, consideramos razoável a autorização para o parcelamento das contribuições previdenciárias patronais inserta no *caput* do art. 5º do Projeto de Lei de Conversão no 11. Todavia, caso diverso é o do § 2º desse mesmo artigo, que permite incluir no parcelamento os débitos provenientes de contribuições descontadas dos empregados e as decorrentes de sub-rogação. Se a empresa reteve as contribuições dos trabalhadores, não faz sentido deixar de repassá-las ao INSS. Este mesmo raciocínio se aplica às importâncias retidas das empresas prestadoras de serviço. No caso, a lei impôs a obrigação de as empresas reterem onze por cento da fatura de serviço das empresas prestadoras de serviço e imediatamente repassarem esse valor ao INSS em nome da própria prestadora de serviço, exatamente para garantir que essa receita fosse arrecadada. Por fim, acrescente-se que as duas Casas do Congresso Nacional acabaram de aprovar Projeto de Lei de Conversão da MP no 83/02, que resultou na Lei no 10.666, de 10 de maio de 2003, determinando no seu art 7º que: “Não poderão ser objeto de parcelamento as

contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos, dos contribuintes individuais, as decorrentes de sub-rogação e as demais importâncias descontadas na forma da legislação previdenciária.” Portanto, não faz sentido logo em seguida autorizar o parcelamento dessas contribuições. Assim como assim, propomos veto ao § 2º do art. 5º do projeto em referência.”

É de se consignar que o Supremo Tribunal Federal já aplicou o favor legal ao crime em tela por diversas vezes¹⁸.

De toda sorte, o art. 168-A, §3º, do CP preceitua que se o agente pagar o valor devido após o início da ação fiscal, mas antes do oferecimento da denúncia, o juiz poderá conceder perdão judicial ou aplicar somente multa, quando: o agente for primário e sem antecedentes criminais e o valor do débito não exceder àquilo que o INSS estabelece como mínimo para ajuizamento da execução fiscal.

No que concerne a esse dispositivo, Nucci define os critérios norteadores que devem ser adotados pelo magistrado.¹⁹ Para ele, no momento da escolha entre o perdão judicial ou a pena de multa, a autoridade judicial levará em conta as circunstâncias judiciais a que se refere o art. 59 do Código Penal. Se estas forem desfavoráveis ao réu, o togado aplicará a pena de multa. Do contrário, o perdão judicial será a medida mais justa.

De fato, já adentrando ao tema da insignificância, vale assinalar que a doutrina e a jurisprudência divergem. A ninharia ou o ínfimo sempre exclui a tipicidade material. Torna a conduta, por isso mesmo, um irrelevante penal. Com efeito, aplica-se também ao caso em comento a máxima segundo a qual *de minimis non curat praetor* (em inglês, *the praetor does not concern himself with trifles*).

O Superior Tribunal de Justiça vem pontificando que bagatela é a quantia que não ultrapassa R\$ 1.000,00. Isso porque a Lei 9.441/97 estabeleceu tal montante como o limite para a extinção dos créditos do INSS.²⁰

Posição mais afável aos réus pelos crimes do art. 168-A do CP é aquela para quem insignificante é todo montante que não suplanta o mínimo necessário para o ajuizamento de execução fiscal. Nos termos do art. 4º da Portaria MPAS 4.943 de 1999, só débitos a partir de R\$ 10 mil justificam uma execução fazendária.²¹

Com a devida vênia, defendemos que tal entendimento viola a norma do §3º do art. 168-A do CP. A lei já determinou que aquilo que “o INSS estabelece como mínimo para ajuizamento da execução fiscal” enseja uma pena de multa ou o perdão judicial, desde que o agente seja primário e não ostente antecedentes criminais.

Diante disso, fica evidente que etiquetar aprioristicamente como insignificante toda conduta de apropriação indébita de valor inferior a R\$ 10 mil (ainda

mais de agentes reincidentes ou portadores de maus antecedentes) seria o mesmo que negar vigência ao referido comando legal.

É válido citar, a propósito, a título de mera ilustração, o magistério de Rogério Sanches sobre o assunto:

“Essa discussão não é meramente acadêmica, sendo óbvio seu interesse prático. Com efeito, se aplicadas as disposições do §3º do art. 168-A, com a concessão do perdão judicial, haverá uma sentença em que o juiz reconhece a culpa, isto é, considera a repercussão social negativa da conduta, mas decide que, objetivamente, a aplicação da pena é desnecessária. Por outro lado, se reconhecida a insignificância do valor indevidamente apropriado, o juiz não irá atestar a existência das circunstâncias objetivas e subjetivas que integram o delito, mas, sim, a atipicidade do fato.”

Para aqueles que não aplicam a Lei 10.684/03 à espécie, haverá arrendimento posterior (art. 16 do CP), com a consequente redução de pena, se o agente pagar o débito previdenciário após o início da ação fiscal, mas antes do recebimento da denúncia²². Se o agente pagar o débito antes do julgamento, fará jus à atenuante de que trata o art. 65, III, b, do Código Penal.

Nestas palavras:

“Art. 16 - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

(...)

Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

(...)

III - ter o agente:

(...)

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;”

Não se poderia deixar de mencionar a posição de Petra Monteiro Fernandes para quem a criminalização das condutas tipificadas no art. 168-A do CP viola o inciso LXVII do art. 5º da Constituição Federal bem como o art. 7º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Tais diplomas proíbem a prisão civil por dívida.²³

Ocorre que tal respeitável corrente doutrinária deixa de se atentar ao fato de que tanto a Constituição Federal como o Pacto de San José da Costa Rica não proibiram a prisão penal por dívida, mas tão somente aquela de natureza civil.

No mais, é inevitável tratar da condição de procedibilidade da ação penal “prévio exaurimento da via administrativa”.

Sobre a questão, decreta o Superior Tribunal de Justiça:

“HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO. DELITO MATERIAL. PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. IMPRESCINDIBILIDADE. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE PARA A INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL POR FALTA DE JUSTA CAUSA. PRECEDENTE DO STF.

1. Nos termos do entendimento recente da Suprema Corte, os crimes de sonegação e apropriação indébita previdenciária também são crimes materiais, exigindo para sua consumação a ocorrência de resultado naturalístico, consistente em dano para a Previdência.

2. O prévio esgotamento da via administrativa constitui, desse modo, condição de procedibilidade para a ação penal, sem o que não se vislumbra justa causa para a instauração de inquérito policial, já que o suposto crédito fiscal ainda pende de lançamento definitivo, impedindo a configuração do delito e, por conseguinte, o início da contagem do prazo prescricional.

3. No caso dos autos, constata-se o constrangimento ilegal, tendo em vista que o processo administrativo, no qual se imputou a existência de débitos tributários, ainda não havia chegado ao seu termo final, quando da instauração do inquérito policial para apurar a prática do suposto delito.

4. Ordem concedida para trancar o inquérito policial relativo à NFLD DEBCAD n.º 37.018.027-5, diante da ausência de justa causa para a sua instauração, por inexistir lançamento definitivo do débito fiscal, ficando suspenso o prazo prescricional até o julgamento definitivo do processo administrativo. (HABEAS CORPUS Nº 96.348 - BA - 2007/0293716-7)”

Nesse ínterim, explica Luiz Flávio Gomes, amparado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal²⁴, que por uma questão de segurança jurídica e necessidade de se manter a coerência entre as diversas instâncias estatais - sistemas fazendário e judicial - somente após a constituição definitiva do crédito tributário o Ministério Público poderá deflagrar a correspondente ação penal condenatória.²⁵

BIBLIOGRAFIA

- BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. Crimes Federais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- CUNHA, Rogério Sanches. Direito Penal - Parte Especial. 2ª ed., São Paulo: Editora RT, 2009.
- DARIVA, Paulo. O Delito de Apropriação Indébita Previdenciária - Crime de Omissão Material? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- DIAS, Jefferson Aparecido. Crime de Apropriação Indébita Previdenciária. Curitiba, Ed. Juruá, 2010.
- DIAS, Marcus Vinicius de Viveiros. Breves Considerações sobre o art. 9º da Lei 10.684/2003. O novo Refis, aspectos penais. Apud CUNHA, 2009.
- ELALI, André; ZARANZA, Evandro. Descaracterização do Crime de Apropriação Indébita Previdenciária por Ausência de Recursos Financeiros da Empresa. In PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ELALI, André; SANT'ANNA, Carlos Soares: Direito Penal Tributário. São Paulo: MP Editora. 2005.
- FERNANDES, Petra Monteiro. Breves Considerações sobre o Crime de Abuso de Confiança em Relação à Seguridade Social e o seu Paradigma na Legislação Brasileira - O Crime de Apropriação Indébita Previdenciária. In COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais - Visão Luso-Brasileira. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2006.
- GOMES, Luiz Flávio. Crimes previdenciários. São Paulo: RT, 2001. v. 1.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à Lei Básica da Previdência Social - Tomo II - Plano de Benefícios. 6ª ed., São Paulo: LT, 2003.
- MONTEIRO, Antônio Lopes. Crimes Contra a Previdência Social. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. São Paulo: Editora RT, 2010.
- SABBAG, Eduardo de Moraes. Elementos do Direito Tributário. São Paulo: Premier Máxima, 2006.

Notas

- ¹ CUNHA, Rogério Sanches. *Direito Penal - Parte Especial*. 2ª ed., São Paulo: Editora RT, 2009, p. 157.
- ² CUNHA, Rogério Sanches. *Direito Penal - Parte Especial*. 2ª ed., São Paulo: Editora RT, 2009, p. 157.
- ³ MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Comentários à Lei Básica da Previdência Social - Tomo II - Plano de Benefícios*. 6ª ed., São Paulo: LTr, 2003, p. 16.
- ⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. São Paulo: Editora RT, 2010, p. 795.
- ⁵ BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. *Crimes Federais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p.21.
- ⁶ SABBAG, Eduardo de Moraes. *Elementos do Direito Tributário*. São Paulo: Premier Máxima, 2006, p. 170.
- ⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. São Paulo: Editora RT, 2010, p. 795.
- ⁸ MONTEIRO, Antônio Lopes. *Crimes Contra a Previdência Social*. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ⁹ GOMES, Luiz Flávio. *Crimes previdenciários*. São Paulo: RT, 2001. v. 1.
- ¹⁰ DARIVA, Paulo. *O Delito de Apropriação Indébita Previdenciária - Crime de Omissão Material?* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 106.
- ¹¹ DARIVA, Paulo. *O Delito de Apropriação Indébita Previdenciária - Crime de Omissão Material?* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 36.
- ¹² RT 821/681; 810/728
- ¹³ 2007, p. 717 apud CUNHA, 2009, p. 158.
- ¹⁴ CUNHA, Rogério Sanches. *Direito Penal - Parte Especial*. 2ª ed., São Paulo: Editora RT, 2009, p. 158.
- ¹⁵ ELALI, André; ZARANZA, Evandro. *Descaracterização do Crime de Apropriação Indébita Previdenciária por Ausência de Recursos Financeiros da Empresa*. In PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ELALI, André; SANT'ANNA, Carlos Soares: *Direito Penal Tributário*. São Paulo : MP Editora. 2005.
- ¹⁶ CUNHA, Rogério Sanches. *Direito Penal - Parte Especial*. 2ª ed., São Paulo: Editora RT, 2009, p. 158.
- ¹⁷ DIAS, Marcus Vinicius de Viveiros. *Breves Considerações sobre o art. 9º da Lei 10.684/2003. O novo Refis, aspectos penais*. Apud CUNHA, 2009, p. 159.
- ¹⁸ A primeira oportunidade em que isso se deu foi no julgamento do HC 85.452 de relatoria do então Min. Eros Graus.
- ¹⁹ NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Comentado*. São Paulo: Editora RT, 2010, p. 805.
- ²⁰ DIAS, Jefferson Aparecido. *Crime de Apropriação Indébita Previdenciária*. Curitiba, Ed. Juruá, 2010, pp. 77-78.
- ²¹ DIAS, Jefferson Aparecido. *Crime de Apropriação Indébita Previdenciária*. Curitiba, Ed. Juruá, 2010, pp. 77-79.
- ²² Laborou em sutil equívoco, no ponto, o professor Rogério Sanches Cunha (p. 159). É que de sua obra supramencionada consta a afirmação de que haverá arrependimento posterior se o pagamento do débito se der antes do oferecimento da denúncia. Na verdade, a literalidade da lei prevê o aludido benefício quando reparado o dano antes do recebimento da peça acusatória pela autoridade judicial.
- ²³ FERNANDES, Petra Monteiro. *Breves Considerações sobre o Crime de Abuso de Confiança em Relação à Seguridade Social e o seu Paradigma na Legislação Brasileira - O Crime de Apropriação Indébita Previdenciária*. In COSTA, José de Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. *Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais - Visão Luso-Brasileira*. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2006, p. 1144.
- ²⁴ Habeas Corpus n. 81.611/DF
- ²⁵ GOMES, Luiz Flávio. *Crimes Previdenciários*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p. 101.